

## Nem João, Nem Maria: body practices for gender mainstreaming in Physical Education classes

*Nem João, Nem Maria: as práticas corporais para integração de gêneros nas aulas de Educação Física*

Joanna Hariel de Almeida Carvalho<sup>2</sup>  
Mesaque Silva Correia<sup>3</sup>



Data de Submissão: 11 abr. 2020.

Data de Aprovação: 20 mai. 2020.

Data de Publicação: 30 jun. 2020.

**ABSTRACT:** The article analyzes the beginnings of gender studies, based on classic concepts so that we can understand how sexist and sexist ideals have become intertwined in our culture, to the point that they are increasingly ingrained and have practices that have been naturalized over the years. Physical Education has always had an enormous connection with this theme, due to the strictly biological characteristics present in the hygienist and militarist models. Accordingly, this essay study aims to critically analyze how body practices can contribute to promoting gender integration in Physical Education classes.

**Keywords:** Physical Education. Body Practices. Genre.

**RESUMO:** O artigo analisa os primórdios dos estudos sobre gêneros, baseando em conceitos clássicos para que possamos entender como ideais machistas e sexistas foram se entrelaçando em nossa cultura, ao ponto de estarem cada vez mais enraizados e possuírem práticas que foram naturalizadas ao longo dos anos. A Educação Física sempre possuiu enorme ligação com essa temática, devido as características estritamente biológicas presentes nos modelos higienista e militarista. Nesse viés, este estudo ensaístico tem como objetivo analisar criticamente como as práticas corporais podem contribuir para promover a integração de gênero nas aulas de Educação Física.

**Palavras-chaves:** Educação Física. Práticas Corporais. Gênero.

### 1 INTRODUÇÃO

Nas esteiras do pensamento de Zuzzi; Knijnik (2010), a sociedade do século XXI é marcada pela interatividade, pela comunicação global e instantânea, que possibilita a formação de comunidades mundiais de amigos com interesses comuns. Nessa mesma direção, Silva e Correia (2020)

afirmam que as escolas também são inundadas diariamente pelas novas tecnologias, lousas inteligentes, alunos com novas linguagens, reinventando a língua e os jeitos de se conversar.

A interação em redes possibilita novos modos de ser e agir a cada instante, e os alunos e alunas estão mais do que inteirados sobre o intenso e incessante movimento global. Entretanto, nos

<sup>1</sup> **Atribuição CC BY:** Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Educação Física Escolar (GEPEEFE/CNPq/UFPI).

<sup>3</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Educação Física Escolar (GEPEEFE/CNPq/UFPI). E-Mail: mesaquesilvacorreia@ufpi.edu.br.

lembram os autores, que enquanto tudo isso acontece, as quadras de aulas, muitas vezes, continuam paradas no século XIX, onde meninos e meninas possuem seu movimento corporal restrito em virtude dos ditames sociais supostamente condizentes com a masculinidade hegemônica ou com a feminilidade almejada, ou até parados, proibidos de agirem ou praticarem alguma atividade corporal, com medo de serem rotulados (ZUZZI; KNIJNIK, 2010; SILVA; CORREIA, 2020).

Ao analisarmos a história da Educação Física, percebemos que, historicamente, ela foi marcada pelo higienismo e militarismo, o que contribuiu para reforçar matrizes de gênero existentes em nossa sociedade e cultura. Essas matrizes de gênero, que são imagens vinculadas do que é próprio e aceito pela sociedade para cada sexo, podem ser identificadas no processo educativo.

Em muitas aulas de Educação Física, principalmente no âmbito escolar, ainda se organizam turmas distintas, em que meninos e meninas são educados separadamente e de forma diferenciada, o que tende a fortalecer as desigualdades construídas histórico-socialmente (CASTELLANI FILHO, 2003).

A Educação Física, nesses casos, não considera a corporeidade humana em toda sua diversidade, não contribui para a integração entre meninos e meninas e para uma possível construção de percepções, que a respeito de serem culturalmente construídas, figuram como “naturais”, obscurecendo a realidade por serem baseadas em estereótipos e preconceitos que precisam ser interrogados (ZUZZI; KNIJNIK, 2010).

Isso exige dos professores e professoras da área, vigilância constante não apenas para as metodologias de ensino utilizadas em aulas, mas também para as referências epistemológicas de modo que a prática pedagógica se constitua em um espaço de possibilidades capazes de questionar a fixidez e rigidez de gênero que ditam o próprio para homens e mulheres e que, não raras as vezes, sobrepõe o homem a mulher.

Dessa maneira, ao olharmos para o processo histórico da Educação Física não temos a possibilidade de redimensionar, novas possibilidades de vivências corporais no solo da escola, para que possamos oferecer um ensino da Educação Física laico em que alunos e alunas possam experimentar movimentos até então não vivenciados, sem discriminação, desigualdade e preconceito.

Nos escritos de Silva e Correia (2020), encontramos que a Educação Física Brasileira

durante toda a sua trajetória se constituiu em uma área delimitadora de práticas corporais sexistas e excludentes. A luta pela construção de corpos saudáveis e perfeitos, pela vitória e pela superação do recorde, transformou a área em um celeiro discriminatório de gênero, já que socialmente as mulheres sempre foram compreendidas como sexo frágil e, portanto, inaptas para a realização de práticas corporais. Em Zuzzi e Knijnik (2010), encontramos um marcador histórico de tais práticas, quando afirmam que as práticas sexistas no interior da área ficaram evidentes durante o higienismo que se voltava para um corpo biológico e o militarismo com ritmos padronizados que tinham os corpos como objetos sem qualquer característica histórica, cultural ou social. Em Almeida (2014), encontramos que a ideologia higienista excluía as mulheres e possuía apoio da medicina da época, que alegava que mulheres que praticassem atividades de contato poderiam ter problemas futuros durante gestações ou ter sua feminilidade posta à prova.

Durante a ditadura de 1964, com o surgimento do militarismo, a Educação Física tinha o papel de disciplinar o corpo, preparando-o para guerras através de aulas repetitivas e mecanizadas, onde era preciso indivíduos perfeitos, o que tornou inconcebível essa prática para mulheres, que eram caracterizadas por serem frágeis e biologicamente inferiores (ZUZZI; KNIJNIK, 2010).

Houve uma mudança nesse cenário quando se decidiu que as mulheres poderiam fazer exercícios físicos, não para melhoria de sua saúde apenas, mas para que houvesse uma eugeniação da raça, já que se acreditava que mulheres fortes teriam filhos mais saudáveis que poderiam um dia lutar pela defesa da pátria ou filhas, que também seriam mães fortes (CASTELLANI FILHO, 2003).

Por meio de suas exigências de alto desempenho e de métodos ginásticos rigorosos que objetivavam resultados constantes, a Educação Física criou um desejo utópico de corpos fortes e saudáveis que pudessem alcançar os requisitos para promover transformações contínuas na sociedade capitalista (LIMA; DINIS, 2007). De acordo com o mesmo autor, essas exigências de habilidades impostas pela disciplina, fez com que ela fosse caracterizada como instrumento necessário para fortalecer o físico e a moral de seus alunos, capaz de torná-los capazes de sobreviver em sociedade.

Nesse viés, um importante marcador presente no modelo capitalista que direcionava as aulas de Educação Física é a disciplina que, segundo Foucault (1987) caracterizava-se da seguinte maneira:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 56).

Ainda de acordo com esse processo disciplinar, vale ressaltar que as aulas de Educação Física sempre buscavam a exposição das habilidades adquiridas pelos alunos e alunas, de uma forma que seus corpos fossem o único meio de apresentar suas virtudes. A avaliação era feita através de uma análise rigorosa de seus movimentos e postura (LIMA; DINIS, 2007).

O autor afirma ainda que as aulas de Educação Física desta época acabaram fortalecendo os padrões de gêneros, baseados em tradições biológicas e tecnicistas que guiaram a separação de atividades direcionadas a meninos e meninas. Realidade que se faz presente ainda hoje nas aulas de Educação Física pois tornou-se algo natural para muitos professores da área, fator que reforça ainda mais a separação e criação de expectativas de comportamentos sobre os gêneros.

Diante desse cenário, o presente estudo ensaístico tem como objetivo analisar criticamente como as práticas corporais podem contribuir para promover a integração de gênero nas aulas de Educação Física.

## 2 CONCEITOS GÊNERO

Desde os seus primórdios, a sociedade estabeleceu elementos culturais que determinam e caracterizam meninos e meninas, como a forma de agir, tipos de roupas, brincadeiras e até mesmo, sentimentos. Nessa perspectiva, a questão do gênero por muito tempo esteve diretamente relacionada aos princípios biológicos, que limitavam a diferenciação entre os corpos de acordo com a genitália. Fato que nos remete ao “determinismo biológico”, que naturaliza essa ideia ao defender que

mulheres são as que nascem com vagina e homens os que nascem com pênis (FERNANDES, et al, 2008).

Por volta da década de 60 o conceito de gênero se encontrava fortemente ligado a padrões sociais que eram responsáveis por promover essa distinção entre o que de fato é “feminino” e “masculino”. Em seguida, algumas feministas da época utilizaram fatores como personalidade e comportamento para ampliar ainda mais esse conceito, pautado nos princípios de igualdade dos direitos sociais, políticos e civis (NICHOLSON; SOARES; DE LIMA COSTA, 2000).

Estudos históricos postulam que, na transição do século XIX para o século XX, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito ao voto às mulheres (LOURO, 1997; SCHPUN, 2004; SMITH, 2012).

De acordo com Louro (1997) e Smith (2012), o “sufragismo” surgiu na “primeira onda do feminismo” e que os objetivos do movimento estavam ligados exclusivamente à oportunidade de estudos e prática de algumas profissões. Entretanto, eram metas que contemplavam somente mulheres brancas e de classe média. Desta forma, quando alcançaram as conquistas, o movimento perdeu sentido e força. Assim, no final da década de 1960, deu-se início a “segunda onda do feminismo”, no qual o movimento feminista continuava a lutar pelas questões políticas e sociais, com a participação de inúmeras camadas da população de várias nações ocidentais. Neste momento, os grupos começavam a desenvolver suas próprias teorias, iniciando debates entre militantes e estudiosas versus seus críticos, onde o conceito de gênero será problematizado.

Nessa época o conceito de gênero se encontrava fortemente ligado a padrões sociais que eram responsáveis por promover essa distinção entre o que de fato é “feminino” e “masculino”. Diante disso, algumas feministas passaram a utilizar fatores como personalidade e comportamento para ampliar ainda mais esse conceito (NICHOLSON, 2000).

Desta forma, a palavra gênero começou a ser utilizada para se distinguir do “determinismo biológico, implícito [quando utilizamos] termos como sexo ou diferenças sexuais” (SCOTT, 1990, p. 5). Isto é, o conceito de gênero está diretamente relacionado com o que afirmamos culturalmente ser mulher e ser homem. De fato, ao estudarmos gênero, tentamos desconstruir essa construção

cultural para entender os significados que são direcionados a homens em mulheres.

Nesse aspecto, o conceito de gênero surge como categoria de análise na ciência em contraposição ao determinismo biológico, o qual considera a mulher inferior ao homem. As diferenças próprias da anatomia sexual dos corpos foram historicamente se constituindo em justificativas que “naturalizam” desigualdades, obscurecendo sua parcela de construção histórica, social e cultural.

Ao discutir sobre essa questão, Ferreira (1986) aponta que o termo gênero é definido como uma categoria que faz a divisão dos nomes por meio de critérios que podem estar relacionados ao sexo e a associações psicológicas. De acordo com essa definição, o termo gênero pode ser interpretado de diversas formas e estar associado ao feminino, ao masculino e ao neutro. Nas esteiras do pensamento de Scott (1995), gênero se caracteriza como uma forma primária nas relações e como elemento que faz parte das relações na sociedade com base na diferença dos sexos.

A partir dessa afirmativa, é possível entender que o termo Gênero, por se basear nas relações sociais, está imerso em paradigmas fixos e normativos responsáveis pelo senso comum que a sociedade estabelece. E por ser uma forma de estabelecer poder também pode causar desigualdade em consequência da bagagem cultural atrelada ao processo de construção do seu conceito.

O âmbito da sexualidade (...) tem sua própria política interna, iniquidades e modos de opressão. Como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade humana, num espaço e num tempo determinados, são produtos da atividade humana. Elas são repletas de conflitos de interesse e manobra política, tanto de natureza proposital quanto circunstancial. Nesse sentido, sexo é sempre politizado. Há, porém, períodos históricos nos quais a sexualidade é mais contestada e abertamente politizada. Nesses períodos, o domínio da vida erótica é efetivamente renegociado (RUBIN, 2013, p. 100).

Assim, entende-se que a sexualidade é produzida pelo gênero e que é resultado de construções sociais e históricas, sendo marcada por estereótipos que oprimem a liberdade sexual e determinam comportamentos fixos, ocasionando o

sexo politizado. Segundo Foucault (1984, p. 145–146), “é pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (...), à totalidade de seu corpo (...), à sua identidade”. Isso reforça mais uma vez que o sexo feminino e masculino é produzido pelo gênero e que as características biológicas não devem ser encaradas como delimitadoras de comportamentos essencialmente masculinos ou femininos.

Para fins deste estudo, consideramos o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 86). Rejeita o binarismo entre os sexos, apresentando um caráter relacional; refere-se às práticas sociais construídas no cotidiano, incluindo as práticas corporais; estando relacionado às atitudes e aos discursos esperados de ambos os sexos na esfera social, incluindo a Educação para as crianças.

### 3 GÊNERO COMO MARCADOR DE EXCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Para se destacar nas aulas de Educação Física é preciso que os alunos treinem bastante a técnica dos movimentos, executando-os através de repetições e disputas, fator que pode criar no imaginário das meninas a ideia de que seus corpos frágeis e inaptos não estão preparados para realizar as atividades propostas no decorrer da disciplina, especialmente quando se trata dos esportes (DUARTE; MOURÃO, 2007).

O teor biológico ainda se mostra presente durante algumas aulas da disciplina, até mesmo relacionado à questão social. Historicamente, meninos possuem mais vivência quando se trata de esportes, considerando que desde muito novos são direcionados a sua prática quando ganham bolas de futebol e recebem incentivos dos pais ao ingressarem em escolinhas de futebol. Em contrapartida, as meninas ainda vivenciam a cultura machista de serem presenteadas com bonecas e brinquedos de casa, provocando-as a seguirem os padrões sociais enraizados sobre serem boas esposas, mães e donas de casa. De fato, ao chegar no ambiente escolar essas diferentes vivências se reproduzem nas aulas de Educação Física, acentuando ainda mais esse teor sexista.

O que indica que as meninas são excluídas de grande parte das atividades corporais não apenas

por serem do gênero feminino, mas por tradicionalmente serem consideradas mais frágeis e menos habilidosas. Prova disso é que meninos mais novos também sofrem esses critérios de exclusão e passam a maior parte do tempo no banco de reservas (SOUSA, 1999).

No entanto, muitas vezes as aulas de Educação Física naturalizam o pensamento de que meninos possuem mais habilidade que as meninas e reforçam padrões corporais ao valorizar excessivamente alunos que possuem um corpo mais desenvolvido ou que realizam tranquilamente movimentos corporais (FERNANDES et al, 2008).

Altmann (1998), cita alguns acontecimentos que ocorreram durante seu estudo que servem como marcadores do domínio masculino no espaço escolar, incluindo a quadra de esportes. A autora relata que certa vez, um grupo de alunas com uma bola ocupou a quadra para que pudessem jogar futebol, os meninos logo se ocuparam em ser árbitros enquanto outros aguardavam o fim do jogo. Ao perceberem que a partida não acabaria assim tão fácil os meninos ameaçaram ocupar o espaço, diante disso as meninas pararam o jogo para argumentar que eles poderiam ir para a outra quadra, em seguida começaram a chamá-las de “Marias-homens”, fator que nos mostra como o futebol ainda está relacionado ao machismo.

No caso relatado, a resistência das meninas ao domínio masculino das quadras foi tão eficiente que a situação se inverteu: elas passaram a dominar e eles, a resistir. Houve, então, um efeito de contra resistência: ao perceberem que elas dominavam as quadras, os meninos tentaram restabelecer seu domínio, planejando uma invasão e chamando as meninas que jogavam de Marias-homem. Ainda assim, as Marias jogaram o recreio inteiro (ALTMANN, 1998, p.45).

O acesso e o direito de vivenciar todos os conteúdos da Educação Física com dignidade, independente do gênero, é fundamental para que o aluno possa entender e promover transformações no mundo. A partir do momento que as relações de gênero se tornam motivos de conflitos durante as aulas é necessário que essa temática seja polemizada para que os alunos possam superar qualquer restrição imposta pelo gênero (PEREIRA; MONTEIRO, 2015).

Diante disto percebemos que o professor de Educação Física é um importante personagem na

desconstrução de idealizações padronizadas de corpos tão cultuados nos dias atuais. Quando se fala em profissionais que trabalham com o Ensino Médio, por exemplo, a aproximação dos alunos com a intenção de procurar conhecer suas questões, angústias e interesses, é ainda mais delicada e necessária, haja vista, que a adolescência representa uma etapa de transição e de mudanças corporais (COSTA; SILVA, 2014 p. 227).

No ano de 2017, o educador e pesquisador brasileiro Mesaque Correia, realizou uma investigação a respeito para identificar a relação gênero nas aulas de Educação Física. Em seu estudo identificou que

(...) a Educação Física para meninos e meninas era separada por sexo: um professor ministrava aula para os meninos e uma professora para as meninas. Essa estrutura de aula foi escolhida, pois assim cada professor poderia construir sua aula de forma que atendesse melhor às características de cada sexo, ou seja, para os meninos seriam propostas aulas com esportes, que exigissem agilidade, força, rapidez, características que se acreditava natural do sexo masculino. Para as meninas as aulas teriam atividades como ginástica e voleibol, que possuíam gestos suaves e um distanciamento entre as alunas, pois se acreditava que atividades mais dinâmicas e com contato físico poderia “ferir” a feminilidade da mulher e lhes causar algum dano em órgãos reprodutores (CORREIA, 2019.p.18).

Assim, é de suma importância que os professores e professoras busquem uma qualificação continuada para que sejam capazes de aplicar diversos conteúdos dentro de suas aulas, tendo a capacidade de adaptá-los e consiga lidar com os preconceitos existentes, com bem afirmam Feitosa e Pinto (2017, p. 63), “a escola, como um todo e as aulas de Educação Física são importantes instrumentos para minimizar os preconceitos relacionados às diferenças de gênero”.

#### 4 AS PRÁTICAS CORPORAIS COMO VIA PARA INTERAÇÃO DE GÊNEROS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

O espaço escolar muitas vezes favorece o sexismo através de atitudes e palavras que se fixam no imaginário da criança e tornam natural essa divisão ou agrupamentos de acordo com o sexo.

Atualmente a prática pedagógica de muitos professores tem como finalidade ressignificar essas ideias para que não haja durante suas aulas nenhum tipo de discriminação ou preconceito relacionados a qualquer tipo de estereótipo (PEREIRA; MOURÃO, 2005).

O conceito de cultura corporal expande a contribuição da Educação Física escolar para o exercício pleno da cidadania e afirma que todos têm o direito de usá-los em termos de conteúdo e capacidade de se transformar em produtos sociais e culturais.

O trabalho da disciplina abriu espaço para aprofundar discussões importantes sobre moral e sociedade, algumas das quais vale a pena enfatizar. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas são uma série de práticas corporais que podem ser utilizadas para conscientizar seus alunos de maneira cultural e social. Além disso, dadas as expressões de diferentes grupos étnicos e sociais e as pessoas neles incluídas, esse conhecimento ajuda a adotar uma postura sem preconceitos e discriminações (PCNs, 1997).

Nesse viés, os alunos também precisam refletir sobre como essas práticas são relevantes para a sociedade, seu impacto e mudanças históricas, intervenção na mídia, valores envolvidos, questões políticas e culturais, etc. A expectativa é levar em conta a visão holística do corpo e do mundo ao aprender novos conhecimentos físicos.

O material didático "Práticas corporais: Educação Física: 6ª a 9ª anos: manual do professor" traz em seu conteúdo diversas propostas pedagógicas de práticas corporais que podem trabalhar a questão de gênero durante as aulas de Educação Física.

Ainda relacionada a essa tentativa de levar os alunos a questionarem o conceito de gênero, é interessante que o professor trabalhe a temática com seus alunos, esclarecendo o significado de termos relacionados e em seguida aplique uma cruzadinha sobre o assunto. Assim, o docente poderá ver o nível de compreensão que seus alunos tiveram.

Diversas outras atividades podem ser aplicadas pelos professores com a finalidade de reconstruir e ressignificar a questão dos gêneros, não somente na Educação Física, mas na sociedade como um todo.

É importante, também, repensar a própria formação docente, já que é bastante comum nos depararmos com professores que preferem fechar os olhos diante de problemas relacionados ao gênero e até mesmo que fortalecem um

pensamento sexista e muitas vezes corroboram com a exclusão das meninas de suas aulas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática de gênero abordada durante o artigo teve como finalidade debater os motivos que fizeram com que a questão da exclusão e diferenciação ficasse tão enraizada na nossa cultura, mesmo depois de tantos anos. Sobretudo no ambiente escolar e nas aulas de Educação Física, em que, por muito tempo, foi naturalizado o sexismo, baseado em ideias biológicas obsoletas, e no machismo, que sempre se fez presente em nossa sociedade.

É necessário compreendermos que a escola é um órgão responsável por educar seres socioculturais e é lá que se aprende o que deve ser discutido e o que deve ser silenciado. Muitas vezes a formação de filas separadas pelo sexo, o lugar que cada gênero ocupa na quadra esportiva e a criação de estigmas sobre comportamentos adequados a meninos e meninas são fatores suficientes para reproduzir no imaginário dos alunos as ideias tradicionais de exclusão baseadas no gênero.

A prática docente também deve passar por constantes reconstruções a fim de que os professores parem de estimular ações de exclusão e comecem a trabalhar com seus alunos para que juntos possam superar qualquer tipo de discriminação por conta de fatores como sexo. Para isso os docentes contam com um amplo leque de práticas corporais, que são meios de trabalhar essa temática de maneira educativa, capaz de mudar a forma de agir e pensar de seus alunos perante a sociedade e, também, dentro do ambiente escolar.

É importante que as meninas sejam cada vez mais encorajadas a acreditar no seu potencial, independentemente de qualquer estereótipo e a conquistarem seus lugares, sejam eles nas quadras, nos pátios ou na vida. É necessário também que os meninos sejam educados para compreender que nenhum gênero está acima do outro, ambos devem possuir os mesmos direitos e deveres. Assim, podemos evitar que a Educação e a Educação Física sejam responsáveis por perpetuar padrões sexistas e de comportamento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. D. Conflitos de gênero na escola: um olhar atento para a prática pedagógica dos professores de educação física. **Coleção Pesquisa em Educação** – Vol. 13, n. 4, 2014.

ALTMANN, H. **ROMPENDO FRONTEIRAS DE GÊNERO: Marias (e) homens na educação física.** dissertação de Mestrado em Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, 1998, 111p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).** Educação Física. Brasília, DF: MEC, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** 12°. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

CORREIA, M. S. **O Estágio Supervisionado como lugar de fala dos licenciando em educação física.** Teresina: EDUPI, 2019.

COSTA, N.T.M; SILVA, A. C. Corpo e Educação Física escolar no Ensino Médio: A Visão Dos Alunos. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S223-S237, abr./jun. 2014.

---

### How to cite (ABNT)

CARVALHO, Joanna Hariel de Almeida; CORREIA, Mesaque Silva. *Nem João, Nem Maria: body practices for gender mainstreaming in Physical Education classes.* **JOSSHE: Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education.** v. 3, n. 1, p. 16-21, Jan./June, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.46866/josse.2020.v3.n1.66>.